

PROGRAMA

GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SEGUNDA FASE

PROGRAMA

BAIRRO ECOLÓGICO



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE

JUNHO 2001



1 – Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do programa, projeto ou atividade, por ordem de prioridade.

O principal objetivo do Programa Bairro Ecológico é criar canais de comunicação entre o poder Público, moradores de assentamentos irregulares em áreas de mananciais e o Ministério Público (governo local, sociedade civil e poder judiciário). Não se trata de canais de comunicação para debater problemas jurídicos, mas sim para políticas públicas.

Fomentar a educação sócio-ambiental tendo como paradigma a inclusão social e os direitos humanos, em especial o de moradia com garantia de salubridade ambiental. Desenvolver procedimentos para implementação das atividades previstas no programa, de forma que sejam capazes de contemplar a maioria dos moradores de cada bairro envolvido.

Envolver a totalidade dos bairros com a máxima adesão da comunidade. Transformar a paisagem inicialmente degradada por um tipo de urbanismo espontâneo e excludente, utilizando como ferramenta a educação ambiental; a ação concreta do fazer coletivo de calçadas ecológicas; da arborização e da limpeza. Promover encontros e conversas que apressem a percepção do ambiente e a apropriação dos espaços públicos como espaços do convívio social.

2 – Descreva o funcionamento do programa, projetos ou atividades e aponte quais as suas fontes de atuação.

O Programa Bairro Ecológico de São Bernardo do Campo funciona junto as comunidades de bairros irregulares assentados em áreas de proteção aos mananciais da Bacia Hidrográfica Billings. A situação de irregularidade abrange 120 assentamentos de obras de infra-estrutura urbana para dotar as comunidades de condições salubres e dignas de moradia. A implantação desse Programa é um processo coletivo de identificação da problemática sócio-ambiental e urbanística existente, específica em cada bairro, e sempre orientada por demandas do Ministério Público que participa do processo coadjuvando na negociação do ajustamento de condutas sócio-ambiental que são adotadas como instrumentos efetivo de recuperação ambiental, revitalização urbanística, participação social, integração urbana e de promoção da inclusão social de modo concreto consciente e permanente

Esse processo tem início contactando a liderança comunitária para o levantamento dos problemas, primeiras visitas de reconhecimento, montagem da proposta local e preparação da pauta para assembleia geral com todos os moradores.

A assembleia geral tem por objetivo levar ao conhecimento dos moradores os problemas jurídicos e de fragilidade ambiental do local de moradia, instaurando um processo de conscientização na comunidade. Esse momento propicia um ânimo que dinamiza as relações humanas marcadas por posturas individuais que não levam ao convívio social. Trata-se da construção de pactos sociais que possibilitem a formulação de soluções para o problema, não amparadas pela lei porque o loteamento é clandestino (a intervenção do poder público, á rigor, deveria ser apenas a de fazer a regularização jurídica e não sócio-ambiental) porém, com o programa buscam-se soluções de relevância social e do interesse público.

A assembleia geral da comunidade funciona como uma oficina de avaliação do impacto social (AIS) e apresenta como resultado a pauta de compromissos das ações mitigadoras de compensação ambiental, entre as quais destacam-se a criação de áreas permeáveis

(esponjas de absorção de água) : calçadas com grama; arborização com espécies florais e frutíferas; canteiros no interior dos lotes; ações coletivas de limpeza e desentulhamento de fundos de vale e recuperação ambiental de áreas sensíveis, como por exemplo a margem da represa.

Definida a pauta de compromissos, tem início a execução das ações pela comunidade com o acompanhamento da Prefeitura. As mudas de árvores, na maioria dos casos, são obtidas na forma pecuniária pela reparação de danos ambientais junto aos processos administrativos da Prefeitura, e também daqueles propostos pelo Ministério Público.

3 – O Programa, projeto ou atividade faz parte de outras iniciativas da mesma ou outras esferas de governo (por exemplo, um projeto que faz parte de um programa geral)? Em caso afirmativo, descreva como se dá esta ligação.

O Programa Bairro Ecológico está associado a um subprojeto do Programa Cidade Linda denominado “VerdeCidade” o qual tinha um formato diferente e implementou-se de modo incipiente no início de 1998. Contudo a demanda do Programa Bairro Ecológico surgiu com uma concepção orientada pela preponderância da questão da inclusão social sobre a questão ambiental.

4 – Identifique o público-alvo, quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Qual é a proporção de homens e de mulheres beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiados e como eles participa do programa, projetos ou atividades.

O público-alvo do Programa é formado por todos os moradores das áreas de mananciais que perfazem aproximadamente 200 mil habitantes. Atualmente, são diretamente beneficiados 70.384 moradores, sendo que destes 35.152 são homens e 35.232 são mulheres. Essa população envolvida no Programa representa 35% da clientela potencial.

5 – Qual é o gasto orçamentário anual do programa, projeto ou atividade? Quais as fontes de recursos financeiro (locais, estaduais, federais, privadas)? Que percentual dos recursos financeiros anuais é derivado de cada uma dessas fontes? Que percentual da receita orçamentaria total do nível de governo (estadual, municipal etc.), a que pertence o órgão responsável pela inscrição, é efetivamente utilizado pelo programa, projeto ou atividades?

O Programa Bairro Ecológico em razão da sua característica articuladora de ações entre o Poder Público e a Comunidade não gera ônus adicional. Primeiro porque as obras de infra-estrutura seriam naturalmente realizadas; o que muda é que elas são discutidas para serem executadas de acordo com um padrão ambiental que está sendo demandado pelo Programa. Na verdade a execução das obras de infra-estrutura constituem os principais compromissos dos acordos ajustados com o Ministério Público que dá anuência para o caráter extraordinário da implementação das obras levando em conta a salubridade ambiental e o direito ao acesso a infra-estrutura urbana.

6 – Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou atividade? Quantos homens e quantas mulheres realizam funções de direção (ou de tomada de decisões), e quantos realizam funções de execuções ?

Na condução do Programa há uma equipe dirigente por parte do poder público composta por 7 técnicos, sendo 4 mulheres, das quais duas com funções diretivas, e 3

homens. Por parte da comunidade, considerando o papel de liderança e de reeditores sociais que participam de reuniões de avaliações temos 106 pessoas, com composição equilibrada entre homens e mulheres. Cabe ressaltar aqui que a presença da mulher no local da intervenção é mais intensa e agregadora. No nível da comunidade a função diretiva é exercida pelas lideranças e a função executiva pelo conjunto dos moradores.

7 Indique todas as organizações (públicas e privadas) participantes, descrevendo o papel de cada uma. Explique como estas organizações interagem e de que modo suas ações individuais são coordenadas.

As organizações participantes do Programa pelo setor público são a Prefeitura e o Ministério Público, e pelo setor da sociedade civil as Sociedades Amigos de Bairros, Comissões de moradores, Associações Comunitárias e ONG's ambientalistas. A Prefeitura e o Ministério Público são articuladores-promotores da mediação entre as intervenções necessárias e a comunidade.

As organizações da sociedade civil articulam a formulação das ações específicas no interior da comunidade, fomentam a implementação das ações e fazem a gestão local.

8- Se seu programa, projeto ou atividade envolve a participação da comunidade e do público-alvo, descreva como esta participação concretiza-se (explique os mecanismos de participação).

A concretização da participação da comunidade evidencia-se por meio da execução das medidas de recuperação ambiental previstas no pacto resultante da Assembleia Geral do bairro, que em geral refere-se basicamente à execução das calçadas com grama e a arborização.

Os técnicos da prefeitura vão ao bairro para definir o plano de ação local para execução das medidas proposta no acordo aprovado pela assembleia geral, instalando um processo de mediação dos conflitos e das dificuldades.

9 – Quando e como foi originalmente concebido o programa, projeto ou atividade? Houve inspiração em iniciativa(s) anterior(es)? Qual(is)?

Com inspiração no subprojeto “VerdeCidade” do Programa Cidade Linda e impelidos pela necessidade de atender as demandas do Ministério Público em relação a compensação ambiental das taxas de ocupação excedente dos loteamentos irregulares surgiram as idéias em torno do desafio de promover o equilíbrio sócio-ambiental entre morar e preservar.

10 – Identifique as etapas-chaves de implementação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que mudanças ocorreram desde o início de operação do programa, projeto ou atividade?

As etapas chaves do Programa consistem, primeiramente, na sensibilização, conscientização e ação. A mobilização social propiciou a organização e execução do Programa. Há a necessidade de se encontrar novas alternativas para manter a comunidade mobilizada. Dentre estas podemos destacar; aquisição de áreas para compensação ambiental; a organização de mutirões de limpeza nas margens de reservatório Billings com a coleta seletiva do lixo e a capacitação técnica das lideranças, orientando a sua participação nos comitês de Bacias Hidrográficas como representantes da sociedade civil.

11- Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem ?

Como obstáculos ressaltamos: restrições à implantação de infra estrutura, imposta pela lei de proteção dos mananciais em vigor, que é a contrapartida da Prefeitura; ações dos loteadores clandestinos; nível socio-cultural das comunidades que dificulta a tomada de consciência da problemática e do reconhecimento de valores ambientais; resistência dos moradores em quebrar as calçadas prontas. A principal estratégia adotada foi levar ao conhecimento das comunidades a informação sobre a lei de proteção aos mananciais e a discussão sobre as modificações previstas : a criação da lei específica da Baía Hidrográfica Billings.

12 – Que mecanismo de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do Programa? Forneça os resultados (quantitativo e qualitativo) do último ano de operação do programa.

Um dos mecanismos de avaliação é a própria adesão da comunidade e a realização da proposta.

Os 32 bairros que participam do Programa se encontram em diferentes fases de implantação: 20% em manutenção; 40% em desenvolvimento e 40% em início de implantação.

13 – Qual é a mais importante conquista do seu Programa até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante).

Nível de consciência sócio-ambiental. Ao tomar consciência da degradação ambiental ocorrida devido à forma de ocupação predatória, a comunidade passa a compreender a necessidade de promover o equilíbrio através da melhoria da habitabilidade e da preservação dos recursos hídricos. Imbuída dessa nova consciência, os moradores se apropriam de seus papéis de cidadãos e assumem o cumprimento de seus deveres, ao mesmo tempo que exercitam a solidariedade se inserindo num trabalho coletivo. A consequência dessa mudança comportamental reverte em benefícios para a própria comunidade na forma de ganhos como: a salubridade ambiental; o embelezamento do bairro; o resgate da auto-estima, resgate do convívio social e melhoria da qualidade de vida.

14 – Em que aspectos seu Programa inovou em relação a práticas anteriores? Procure explicar bem em que consiste a inovação.

O inovador é a criação de um “espaço de direito” para discutir a possibilidade da permanência do morador até então considerado somente infrator, segundo as leis de proteção aos mananciais, numa área com severas restrições legais através de medidas de compensação ambiental. O morador das áreas mananciais vivia coagido como infrator da lei, o programa ao restituir-lhes a cidadania traz ares de liberdade.

15- Mesmo que seu Programa não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

A característica da ocupação das áreas de mananciais é o predomínio da população de baixa renda na implantação de loteamentos clandestinos que desenvolvem um padrão de

urbanização congestionado. Em geral, não são reservados espaços de áreas verdes; os lotes são mínimos e totalmente ocupados e as calçadas muito estreitas. Nesse contexto de produção social espontânea não se constroem espaços públicos de uso coletivo. Todos os vazios existentes no interior dos assentamentos acabam servindo como depósito de entulho. Assim, a degradação da paisagem fica associada à pobreza. Neste sentido, a construção coletiva de calçadas gramadas e arborização com espécies florais e frutíferas, que transformam o ambiente proporcionando o embelezamento do bairro, também promove a solidariedade, resgata a auto-estima, criando uma estética que reflete a integração social que se fomentada pelas políticas públicas complementares tendem a se desenvolver permanentemente.

16 – Qual o impacto do Programa sobre a cidadania? (mencione aqui aspectos relativos à cidadania que eventualmente não tenham sido mencionados. Inclua aqui também questões relativas a gênero, raça ou etnia).

O programa tem impacto direto sobre a cidadania na medida em que os seus pressupostos estão baseados no direito de morar, de ter acesso a água potável, rede de esgotamento sanitário, iluminação pública, energia elétrica, vias asfaltadas, etc. Ou seja, ao buscar por meio da estratégia de compensação ambiental a anuência do Ministério Público para dotar os bairros de infra-estrutura urbana, trabalha-se uma perspectiva para a cidadania ativa e participativa: a cidadania ambiental.

18 – Qual é a mais significativa deficiência do Programa?

A mais significativa deficiência do programa está relacionada a sua natureza empírica que prescindiu uma elaboração teórico-metodológica, limitadora da aplicação de indicadores de avaliação. Os únicos indicadores aplicados são quantitativos. O caráter inovador trouxe consigo dificuldades metodológicas em função da inexistência de referências. Nossa perspectiva inclui a construção de indicadores qualitativos.